

OS 18M² QUE POSSO ALUGAR

Consumo, identidade e espaço na sociedade moderna

Queren Silva Lima

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pela
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Luterano de Manaus
(ULBRA)

Geraldo Jorge Tupinambá do Valle

Doutor em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP)
Mestre em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ)
Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Santa Úrsula (USU)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1740-6552>

Resumo: Vivemos uma era de incertezas no cenário do mercado privado, e isso implica mudanças sociais e culturais. Há uma crescente tendência (ou solução) a consumir experiências e coisas que sejam menos significativas e menos duradouras, ou seja, coisas instantâneas, que possam ser usufruídas e logo descartadas ou substituídas por novas. Isso caracteriza a sociedade da urgência e consumo como uma sociedade fluida. Muitas práticas sociais passam a se reestruturar neste cenário e uma delas é o habitar. Assim como há urgência pela instantaneidade, há urgência por espaços habitáveis que se adaptem a este modo de vida, um desses espaços, cujo consumo cresce nas grandes cidades, são os chamados “apartamentos minimalistas”: locais que fornecem espaço de descanso, higiene e alimentação em menos de 25m², por preços que não são baixos, mas que atendem a instabilidade atual de empregados que consomem e são consumidos. Este estudo se propõe a realizar um debate sobre a busca, cada vez mais crescente, por espaços pequenos para residência, qualificados como minimalistas na atualidade. O estudo se caracteriza como exploratório e explicativo e os dados são caracterizados como qualitativos e quantitativos, sua coleta foi realizada por meio de pesquisas bibliográficas e dados disponíveis em jornais e sites de domínio público. O trabalho desenvolvido indicou que há uma relação entre as mudanças sociais e as formas de habitar, além de que os interesses políticos e capitalistas estão vinculados às formas de habitar ao longo dos anos, ou seja, há uma ligação direta entre consumo e habitação.

Palavras-chave: Quitinete; Consumo; Modernidade; Habitar.

Abstract: We live in an era of uncertainty in the private market scenario, and this implies social and cultural changes. There is a growing tendency (or solution) to consume experiences and things that are less significant and less lasting, that is, instant things that can be enjoyed and then discarded or replaced by new ones. This characterizes the society of urgency and consumption as a fluid society. Many social practices begin to be restructured in this scenario and one of them is housing. Just as there is an urgency for instantaneity, there is an urgency for habitable spaces that adapt to this way of life, one of these spaces, whose consumption is growing in large cities, are the so-called “minimalist apartments”: places that provide space for rest, hygiene and food in less than 25m², for prices that are not low, but that meet the current instability of employees who consume and are consumed. This study aims to hold a debate on the increasingly growing search for small spaces for residence, classified as minimalist today. The study is characterized as exploratory and explanatory. The data is characterized as qualitative and quantitative, its collection was carried out through bibliographical research and data available in newspapers and public domain websites. The study indicated that there is a relationship between social changes and ways of living, in addition to that political and capitalist interests are linked to ways of living over the years, that is, there is a direct link between consumption and housing.

Keywords: Kitchenette; Consumption; Modernity; Dwell.

INTRODUÇÃO

Nas grandes cidades, popularizou-se os apartamentos pequenos que são vendidos como habitações minimalistas e modernas. Seja para morar ou passar uma temporada, estes espaços estão presentes e localizados em prédios novos e antigos, e atraem principalmente o público jovem que trabalha ou estuda nas áreas centrais das cidades. Ali, eles se encontram próximos de conveniências e estruturas que os ajudam nos afazeres do dia a dia. Então, áreas como sala de jantar, cozinha e área de serviço se tornam dispensáveis, porque podem ser usufruídas fora da residência, nas conveniências próximas.

Estes pequenos espaços impulsionam novas formas de habitar, que condizem, na pós-modernidade, com a situação do mercado capitalista privado, tanto nas formas que as coisas são produzidas e consumidas, como nas formas que pessoas são contratadas e demitidas. Isto porque, na sociedade do consumo, tudo é feito para que dure pouco e seja descartado. Em seguida, consumir algo semelhante, considerado mais moderno. Então, possuir coisas que durem muito é considerado um atraso, como uma casa

grande, ou móveis pesados que sejam difíceis de carregar em uma mala de mudança.

O início do século XX, foi um período de grandes mudanças, e nas principais cidades ao redor do mundo isso se fez presente. Nos centros urbanos, as formas de habitar e consumir habitações foram modificadas, e estas modificações foram impulsionadas principalmente pelos interesses políticos. Já ao início do século XXI vemos mais um período de transformações sociais, desta vez a tecnologia mudou as formas de comunicação e como consequências as formas de socialização, produção e consumo em geral. Logo, mais uma vez, as transformações influenciaram nas formas de habitar e consumir habitações. No primeiro momento, as transformações visavam desafogar o número de pessoas concentradas nos centros urbanos, para isso foram incentivadas a produção de moradias próprias nas periferias das cidades, e a substituição de vilas operárias e cortiço por prédios habitacionais. No segundo, agora com os centros das grandes cidades delimitados, foram incentivados, através da iniciativa privada, o consumo temporário de “apartamentos minimalistas”, chamados também de *flats* ou *studios*.

Estas unidades habitacionais são vistas como escolhas, sendo que na verdade são os espaços que melhor se adequam ao estilo de vida que o mercado impõe aos trabalhadores. O minimalismo incentivado é, na verdade, resultado da delicadeza e fragilidade econômica que o mercado impõe sobre esses trabalhadores.

DO CORTIÇO AO DUPLEX

Com a Revolução Industrial, muitas cidades na Europa começaram a ter um crescimento urbano acelerado. As capitais começaram a ter o número populacional cada vez mais alto, e a quantidade de pessoas que migravam do campo para a cidade, não acompanhava o crescimento estrutural das cidades para abrigar aquele contingente. Assim, começaram a surgir ao redor das grandes indústrias aglomerados de casas, onde os operários e suas famílias viviam, mas que não tinham estruturas hoje consideradas básicas como a cozinha, banheiro, água, iluminação, eletricidade ou tratamento de esgoto. As grandes cidades tornaram-se visualmente grandes aglomerados de sujeiras, com lixo e esgoto depositados nas ruas, sem infraestrutura ou saneamento básico. Muitos dos operários dessas indústrias moravam nas vilas operárias, que eram prédios com vários quartos, cada quarto comportando uma família, eram insalubres sem aberturas para ventilação ou infraestrutura necessária para abrigar uma família. A maioria dessas moradias não pertenciam aos trabalhadores, geralmente pertenciam a pessoas que as construíam e

cobravam aluguéis, que equivaliam a parcelas muito grandes dos salários dos trabalhadores, logo, estes trabalhadores que não conseguiam se manter no centro da cidade iam buscar moradias em localizações periféricas, mais baratas, piorando cada vez mais a questão sanitária e urgências sociais das cidades. Estes bairros eram vistos pela elite dominante como o grande problema da saúde pública, higiene e popularidade das cidades. Não demorou muito para que várias propostas de intervenções começassem a surgir, propondo modelos de cidade-ideal que futuramente influenciariam na urbanização de muitas cidades.

O problema da moradia se agravou ao início do século XX, principalmente após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando mais famílias se mudaram do campo, e muitas cidades que foram destruídas com os conflitos passaram a ser reestruturadas. Assim, alguns governos passaram a intervir no cenário urbano, tentando solucionar o problema de falta de moradia dos industriários e dos soldados que serviram na Guerra. Neste cenário, vários bairros e cidades na Europa foram remodelados, e surgiram as habitações populares como soluções para um novo desenho do mapa urbano das cidades: bairros com casas ou edifícios criados de forma econômica e eficiente, projetadas para tratar problemas de higiene pública e estética das cidades, na tentativa de “modernizar” as áreas urbanas. Em um primeiro momento, as soluções tomadas visavam descongestionar os centros das cidades, implantando grandes avenidas que levavam até as áreas periféricas, para onde foram realocadas grande parte da população. Também melhoraram as casas de aluguéis que permaneciam ao centro, seguindo o modelo de cidade conhecido como Cidade-Jardim, deixando ao centro pontos importantes do comércio e administração. No segundo momento, essas intervenções “deram lugar a moradias agrupadas, concebidas por índices mínimos de espaço e em grande número e escala, que também passaram a se localizar na periferia” (Almeida, 2007, p. 39).

Na década de 1940, o renomado arquiteto e urbanista Le Corbusier definiu um tipo de habitação, que se utilizava das técnicas de construção modernas da época (edifício laminar, pilotis, pavimento livre, teto-jardim, utilização de concreto armado), eram as chamadas “unidades de habitação”: prédios que continham centenas de células habitacionais em mais de dez pavimentos, produzidos de forma rápida e econômica e que eram autossuficientes por conterem em sua composição os equipamentos necessários para a manutenção do dia a dia, como áreas de lazer, serviços diversos, creches e pontos comerciais. “A primeira unidade, implantada por Le Corbusier, foi a unidade de Marselha entre os anos de 1947 e 1953, com 15 andares e 337 apartamentos, seus apartamentos eram duplex e se inspiraram

nas tentativas soviéticas de realizar habitações em grande escala” (Costa, 2017, p. 128).

No Brasil, ao início do século XX, a economia ainda era centrada nas atividades agroexportadoras, então a indústria ainda tinha um papel secundário na economia. Neste cenário, as grandes cidades atraíam muitos imigrantes e trabalhadores de outras regiões para atuarem em cafeeiras. Em São Paulo, por exemplo, “a cidade cresceu de 40.000 habitantes em 1886 para 260.000 em 1900 e 580.000 em 1920” (Bonduki, 1994, p. 713). Portanto, possuir uma casa era uma espécie de investimento, pois os proprietários criavam, em pequenos espaços urbanos, moradias para operários e as alugavam. Esses pequenos espaços eram chamados de cortiços, que eram como as vilas operárias na Europa: pequenos cômodos insalubres e sem infraestrutura básica. Neste período, estima-se que aproximadamente 90% da população de São Paulo morava na cidade de aluguel, que não eram mediados pelo Estado, ou seja, não haviam leis que impusessem condições e valores bases para aluguéis. Então, vê-se que a habitação no Brasil era impulsionada unicamente pela iniciativa privada e apoiada pelo governo, que através de seus discursos justificava sua ausência em intervir na produção de moradias, afirmando que sua intervenção na produção de habitações “desestimularia a produção privada” (Bonduki, 1994, p. 715).

A partir da década de 30, com o governo Vargas, esta política mudou. Incumbido da necessidade de legitimar seu poder político e criar bases para a economia industrial, o governo Vargas criou a política do inquilinato, que entre 1942 e 1964, congelaria os valores dos aluguéis, ou seja, os donos das habitações não poderiam aumentar o valor do aluguel de seus inquilinos, o que foi amplamente aceito pela população e trazia a reputação de um governo que se preocupava com os mais pobres.

O que a lei do inquilinato proporcionou, na verdade, foi uma espécie de controle administrativo, que conduziria o capital, antes investido no negócio de moradias, a ser investido em outras áreas da economia, como a industrialização. Afinal, o país não contava com investimento externo, nem possuía estrutura para atrair este capital naquele momento, então foi necessário utilizar-se do capital interno. Com o congelamento dos aluguéis, os donos de propriedades viram seus lucros decaírem enquanto a inflação apenas crescia, assim eles se viam obrigados a despejar os moradores, para que pudessem aumentar o valor do aluguel, porém, as brechas na lei somente permitiam o despejo no caso de novas construções nos terrenos ou renovações nos prédios e quando conseguiam burlar estas regras, os proprietários aumentavam muito o valor do aluguel, ou modificavam seu uso,

o que gerou uma crise de moradias na época, estima-se que entre 1945 e 1948 10% da população de São Paulo chegou a ser despejada.

Assim como a demanda por residências estava muito alta, seus aluguéis também estavam muito altos, principalmente nas regiões centrais das cidades, que era onde estavam concentradas as intervenções urbanas, como abertura de estradas, renovações de prédios, crescimento de comércios e indústrias e criação de pontos de lazer. Nesse momento, nas principais cidades do país, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, a alternativa encontrada foi a da favela, ou seja, da construção da casa própria pelas próprias famílias que se encontravam desabrigadas. Sem condições de pagarem por aluguéis ou de comprarem a casa própria, muitas pessoas foram para as regiões periféricas das cidades, onde não havia infraestrutura urbana, como estradas, iluminação ou até mesmo transporte, mas onde poderiam ter sua moradia própria. Esta “solução” foi encontrada pela população e estimulada pelo Estado, afinal os centros das cidades teriam um desafogamento no número de moradores e solucionaria, em parte, o problema da falta de moradias e dos desalojados. O Estado se fez presente possibilitando o acesso das pessoas ao lote, e apenas isso, muitas vezes os lotes eram vendidos por pequenas parcelas e o comprador recebia do Estado os materiais para construção da casa, mas quanto à infraestrutura urbana e todos os problemas que isto causava, nada fez.

Com o desinteresse, por parte da iniciativa privada, com as habitações, coube ao Estado ocupar este lugar de promoção de habitações populares. O governo, então, começou a repassar recursos públicos para empresas que fariam tais habitações, prática que está viva até hoje. Dentro desse período (1937-1964), cerca de 140.000 unidades habitacionais foram construídas nas principais cidades brasileiras, excluindo-se os números das construções feitas por estados e municípios. Estas construções eram fortemente influenciadas pelas práticas modernistas das unidades de habitação feitas na Europa.

Assim, no governo populista de Vargas, muitas cidades foram “modernizadas” e “higienizadas”, eliminando de suas áreas centrais cortiços e construções que incentivassem a fama de cidades que não pudessem receber investimento externo e, conseqüentemente, a indústria internacional. Nas áreas onde existiam cortiços foram criadas habitações populares que eram caracterizadas como “modernas”. Baseadas em soluções arquitetônicas internacionais, essas habitações, e as intervenções urbanas feitas nas cidades, traziam novas formas de socialização e de vivências nas cidades brasileiras.

E NO CENTRO DAS MUDANÇAS, A CASA

Em todo o mundo, as sociedades passaram por muitas mudanças no início do século XX, advindas da Revolução industrial e conseqüentemente das expansões urbanas nas grandes cidades e centros comerciais. Estas mudanças sociais foram seguidas por novas formas de habitar, como debatemos acima, e o que se nota, no centro das mudanças, é que elas eram incentivadas por meio de interesses políticos. No Brasil, as mudanças foram incentivadas principalmente para atrair, da indústria internacional, o investimento nas cidades do país, e para isso foi necessário afetar diretamente as formas de habitar, para que novas formas, as consideradas modernas, fossem implantadas nas cidades.

A casa, como centro reprodutor de hábitos culturais e sociais, reflete as estruturas sociais e familiares de uma época. Assim, a casa patriarcal continha em si características de “unifuncionalidade, inamovibilidade, presença imponente e etiqueta hierárquica” (Baudrillard, 2006, p. 21), nestas configurações a casa era projetada para integrar as relações do grupo familiar, cuja estrutura patriarcal se traduzia em relações hierárquicas de autoridade e tradições. Nisso, o arranjo de móveis e espaços não eram objetivos, mas feitos para personificar as relações do grupo, carregados de valores simbólicos e separando o mundo interno do externo. A relação espaço-objeto, era feita de modo a certificar a imponência do grupo através do visual, mesmo em cortiços e favelas. Havia a busca por móveis grandes ou em grande quantidade, para ostentar visualmente a unidade do grupo.

Quando as cidades passaram a incentivar a “modernidade”, trazendo os modelos de habitações populares para os grandes centros urbanos, os arquitetos começaram a incentivar novas formas de habitar em seus projetos, baseadas nas mudanças estruturais pelas quais as famílias passavam naquele cenário de mudanças, como a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a definição de cargas horárias fixas e a educação escolar. Porém, é importante notar que, mesmo com essas novas formas de habitar que eram propostas, as estruturas e cultura patriarcal não eram deixadas de lado, na verdade ainda eram incentivadas, porém em novas configurações. Alguns desenhos e propagandas, dos conjuntos habitacionais em São Paulo e Rio de Janeiro, mostram as ideias dos arquitetos para a vida nas edificações e, em geral, procuravam mostrar as formas de habitar e vivenciar os novos locais, assim, eles representavam as mulheres nos espaços fazendo diversas atividades, “mulheres lavando, cozinhando, costurando ou cuidando de sua beleza” (Costa, 2017, p. 123), e o homem era representado fazendo trabalho intelectual, em escritórios ou bibliotecas.

Os apartamentos duplex que surgiram nessa época eram espaços bem-organizados e que simbolizavam a modernidade, localizados ao centro das

idades, ou em área periféricas, eles representavam novos rumos sociais. Eles eram planejados para serem autossuficientes, com conveniências, creches, clínicas e áreas de lazer próximos. A partir deles, as cidades começaram a se verticalizar e cada vez mais aprimorar essas habitações coletivas. Hoje, no século XXI, vemos prédios coletivos chamados de “condomínios”, separados por muros, destinados à classe médio ou alta, que separam áreas urbanas ditas modernas e seguras, das áreas consideradas marginalizadas e perigosas.

Entendemos que com as mudanças sociais, mudam também as relações do indivíduo em sociedade, logo, mudam as relações em família. Assim, as configurações mobiliárias e imobiliárias se reestruturam e refletem as estruturas sociais novas. Ao início do século XX, as mudanças na habitação serviam para separar o mundo doméstico do mundo do trabalho. Os trabalhadores, precisavam ter condições de habitar na cidade, para que houvesse mão de obra disponível à expansão industrial, então a habitação era amplamente incentivada. Já no século XXI, as mudanças e transformações tecnológicas ocorrem em alta velocidade, o consumo e descarte são feitos de modo acelerado e as coisas são feitas para que durem pouco. Além disso, o Estado encontra-se cada vez mais ausente quando se trata do trabalho, dando espaço à privatização da mão de obra. Agora, as empresas podem contratar um empregado sem precisar se comprometer em dar a ele uma base para que seja habilitado ao trabalho. A privatização do trabalho mudou as configurações das relações de trabalho, agora o indivíduo precisa utilizar seus próprios recursos para garantir seu valor como mercadoria, pois, a cada instante podem surgir novas formas de estar atualizado ou capacitado para atender ao mercado, e logo em seguida outras capacitações surgem novamente.

Esta velocidade nas mudanças e urgência do mercado em se reajustar em curtos períodos, traz um ar de insegurança aos empregados, que precisam ser mais urgentes e velozes em se qualificar para acompanhar as mudanças. Ao mesmo tempo, as pessoas são classificadas de acordo com suas capacidades de consumir, descartar e consumir novamente. Para ser um sujeito na sociedade é preciso que antes seja um consumidor, e o que é consumido, possui uma vida útil curta, pois é feito para que em pouco tempo algo mais moderno o substitua, e o que for durável se torna uma insegurança, logo é desvalorizado e defasado.

Nesse cenário, a casa, como parte importante na vida do indivíduo, é um objeto de consumo e ao mesmo tempo um investimento no valor de mercado como empregado. A casa, precisa estar pronta e se adequar com a forma de vida das pessoas nesta sociedade fluida. Os apartamentos e *flats* são projetados de maneira imparcial, para serem espaços que possam receber qualquer mobiliário ou atividade, sem predição de quem será seu usuário ou

de qual será seu uso. Como objeto de consumo, a casa não apresenta características duráveis e subjetivas, seus espaços devem estar prontos para receberem móveis e objetos novos, mais atualizados e funcionais a diversas atividades. Como objeto de investimento individual, a casa faz parte das qualidades do empregado, logo, ela deve estar pronta para ser trocada por uma mais próxima ao seu local de trabalho, ou preparada para a qualquer momento virar ambiente de trabalho, e seus móveis e espaços devem ser pensados para os afazeres em multitarefas e economia de espaço. Estas mudanças, não significam que o valor destas habitações seja menor, apenas que estas são as características agora relevantes para um grupo.

QUITINETE ONTEM, STUDIO HOJE

Como ao início do século XX, onde os cortiços eram considerados o inimigo da saúde pública e higiene, hoje, os famosos quitinetes são vistos como representação da “favelização” ou como aparência do atraso. Localizados em regiões periféricas e centrais, as quitinetes são pequenos apartamentos germinados, dentro de um lote. Normalmente, possuem de 2 a 3 cômodos, como um quarto, uma sala que é dividida com uma cozinha e um banheiro, que comportam famílias pequenas ou pessoas solteiras, tudo entre 18m² a 30m². Em cidades maiores, as quitinetes também se encontram nas regiões centrais das cidades, porém, em prédios considerados mais antigos, criados a partir do período Vargas.

Estas pequenas habitações são as principais fontes de aluguel residencial, pois elas apresentam preços que cabem no orçamento das famílias, quando comparados ao custo do aluguel em casas nas regiões periféricas ou *studios*, nas regiões centrais. Os *studios*, assim como as quitinetes, são habitações que possuem poucas áreas, entre 18m² e 30m², porém são localizados em prédios mais recentes e modernos, e eles possuem menos áreas destinadas a serviços diários, como espaço para lavanderia, área de serviços ou área de lazer, que ficam localizadas nas áreas comuns do prédio.

Podemos encontrar quitinetes e os *studios* nas áreas centrais e importantes das cidades, a diferença está nos status sociais que elas representam. As quitinetes são vistas como defasadas, por se encontrarem em prédios mais antigos com propostas de habitar que hoje estão sendo substituídas, ou seja, possuem cozinha, sala, quarto e banheiro, alguns até possuem áreas de serviço, em um espaço pequeno. Os *studios* delimitam ao máximo seu espaço, deixam no interior apenas o que é necessário para pequenas atividades, como um quarto e um banheiro e jogam áreas de serviços para áreas comuns, como as lavanderias e cozinhas. Uma pesquisa,

feita pelo QuintoAndar¹, informa que em média os aluguéis de *studios* são 89% mais caros que os aluguéis das quitinetes, mesmo quando ambos são localizados em áreas centrais das cidades, ou seja, com acesso rápido a transportes, serviços e oportunidades de trabalho. E por que as quitinetes são vistas como defasadas ou desatualizadas em comparação aos *studios*?

No movimento moderno da arquitetura, por volta de 1930 a 1950, o design interno das residências eram projetados para conterem poucos móveis e pouca confecção, a ideia era que se sobressaísse visualmente a construção em si, os pilares de concreto e as grandes janelas de vidro seriam as ornamentações, ou seja, o que se valorizava era a simplicidade e a estrutura. Hoje, os *studios* se dizem inspirados nessa simplicidade, sendo conhecidos como apartamentos minimalistas, optando por menos espaços e logo menos mobílias, porém, para os que usam destas habitações, não é exatamente a escolha entre muitas outras opções. Por mais que sigam os princípios do “menos é mais”, a realidade é que estes *studios* se encaixam em um estilo de vida que é comum nesta época de modernidade líquida, logo são as únicas escolhas para muitos jovens.

Na atualidade, consumir é uma relação social, onde o sujeito consome e, ao mesmo tempo, é objeto de consumo. O consumo é feito de modo urgente, algo é atualizado e feito sob novas formas a todo tempo, assim as coisas são produzidas de modo a ter uma vida útil curta, para que logo em seguida seja substituída por outra. Há assim, nesta modernidade fluida, a busca por encurtar o tempo, por “transitoriedade em vez da durabilidade, de dispor levemente das coisas para abrir espaço para outras igualmente transitórias” (Bauman, 2021, p. 159). A durabilidade passou a ser vista como um risco e privação, ter algo durável significa estar se privando das novas coisas que surgem, mais atualizadas e melhores. Mesmo que este consumo possa gerar futuramente alguma consequência, o que se busca é uma “gratificação evitando as consequências” (Bauman, 2021, p. 162).

Do mesmo modo, o sujeito é avaliado no mundo do mercado privado. Ele é avaliado pelo seu valor no mercado e este valor vai além de suas especializações, agora a vida individual e subjetiva entram como valor. As preferências dos empregadores é por funcionários com perfil de “flutuantes”, ou seja, que sejam flexíveis e descomprometidos, que se dediquem ao trabalho sem exigir muito mais do que o que foi oferecido, empregados assim são em geral aqueles que não possuem vínculos emocionais como filhos ou esposa/esposo; aqueles que estejam disponíveis para se reajustar em qualquer ocasião que lhes apareça, ou seja, uma pessoa que quando requisitada estará

¹ Imobiliária digital brasileira. Disponível em: <https://meulugar.quintoandar.com.br/sobre-o-quintoandar/>

“preparada para se reajustar e refocalizar de imediato suas próprias inclinações, abraçando novas prioridades e abandonando as adquiridas anteriormente” (Bauman, 2022, p. 18).

Logo, o sujeito precisou se ajustar para se inserir neste mercado. Hábitos vivos até uma geração atrás já não se encaixam no mercado, os valores simbólicos são substituídos pelos valores funcionais. Os velhos móveis, robustos que eram investidos de “alma”, cedem lugar à organização da vida doméstica de modo prático e objetivo, para atender as demandas desta vida fluida. Comprar uma máquina de lavar, geladeira ou fogão com forno, que podem durar mais de dois anos e que não são facilmente transportados de um lugar para outro, é visto como uma desvantagem. Logo, sem a necessidade de espaços para estes objetos a residência pode diminuir em muita sua área, e outras soluções podem ser tomadas para substituir a utilização desses móveis. Como é o caso de alguns *studios* que já são alugados com a mobília projetada para o espaço delimitado.

Se antes possuir uma casa era um símbolo de estabilidade, hoje é de instabilidade. O empregado com uma casa (cujos custos são altos) não tem a mesma disponibilidade de abrir mão dela que um trabalhador que mora de aluguel em um apartamento no centro da cidade, este não tem a casa como bem próprio, apenas seus pertences que cabem em uma mala. Estes consumidores são livres para se adaptarem à fluidez e urgência do mercado, sendo eles próprios livres para consumirem e descartarem objetos a todo instante, porém com limitações. Estar à disposição do mercado privado não é uma escolha, às vezes é a única opção disponível, então as limitações econômicas que isto impõe os leva a consumos temporários, pois não há a certeza antes disponibilizada pelo Estado.

A casa como a conhecíamos, é um bem que já não se encaixa neste modo de vida do mercado privado, a urgência por espaços que correspondam a esta instantaneidade da vida transformou as formas de habitar. Os objetos e coisas não precisam conectar algo, não precisam isolar a vida familiar da vida “lá fora”. Os espaços não possuem uma única finalidade e os objetos não precisam mediar a dinâmica em família, basta que permitam a mobilidade no espaço e a resolução das necessidades existentes. A casa, aquela que era projetada para atender a todas as necessidades da família, feita para isolar o mundo interno do mundo externo, onde os sujeitos conectavam valores aos objetos é uma casa com compromisso duradouro, significa estabilidade e durabilidade, logo é um risco a longo prazo.

A configuração dos ditos apartamentos minimalistas, fala mais sobre a sociedade do que se imagina. Eles são configurados para pessoas que passam

mais tempo no trabalho que na própria casa, as mesmas pessoas que quando estão em casa estão trabalhando e que, a qualquer momento podem mudar de cidade ou país a trabalho. É mais vantajoso investir em aparelhos tecnológicos, vestimentas e aparências (que envolve questões identitárias) do que investir em um espaço cujo custo é alto e de longo prazo, sendo que as condições de mercado atual não garantem que este investimento vá ser vantajoso. Ao comparar a quitinete ao *studio*, em primeiro momento se pensa que a vantagem está na quitinete, por ser mais barata e ter acesso ao centro da cidade como o *studio*. Porém, o *studio* se mostra mais vantajoso ao trabalhador do mercado privado por, além de ser um símbolo do que é considerado moderno, vir em seu espaço compacto o suficiente para a manutenção do dia a dia, e para guardar os bens que um trabalhador fluido possui. O que ele precisar a mais, está incluso nas áreas comuns do prédio, como a lavanderia, academia e às vezes a cozinha. Então, ao se mudar, a pessoa não vai precisar ter gastado com móveis novos, como ocorreria na quitinete, nem se preocuparia com espaços vazios.

O Jornal Nacional (2022) citou em uma de suas reportagens o seguinte texto:

Em todo o Brasil, aumentou em 30% em 2022 a venda de imóveis menores e com apenas um dormitório. É um fenômeno que já ocorreu em outros países e no Brasil é acelerado pela queda de renda e custo mais alto da moradia.

Não é sempre que o Rafael recebe visita em casa e é pelo espaço mesmo. Ele mora em um apartamento de 18 m² nos Jardins, região central de São Paulo.

“Acho que é um novo estilo, não tanto assim que a gente quer, mas é o que a gente necessita hoje em dia. Tem que adotar um estilo mais minimalista, então aquela coisa que você não usa você descarta, doa, então é muito disso”, relata o executivo Rafael Pedrotti.

O prédio foi construído em uma das áreas mais valorizadas de São Paulo e está praticamente em cima de uma estação do metrô e tudo isso tem um custo alto. Hoje, os apartamentos de 18 m² são vendidos a R\$ 500 mil. O aluguel com condomínio custa quase R\$ 5 mil por mês.

[...] “Eles miram exatamente em um público mais jovem, ou que mora sozinho, ou que é um casal que não tem filhos, é um público que se acostumou a usar serviços fora de casa, como lavanderia, cozinha, tudo isso”, explica o presidente da CBIC, José Carlo Martins (Jornal Nacional, 2022).

Visto como uma escolha entre jovens, os apartamentos minimalistas são pequenos espaços de um ou dois cômodos, que oferecem áreas para descanso, alimentação e higiene com medidas mínimas, cada vez mais presentes nos grandes centros urbanos ao redor do mundo. A realidade é que as casas como costumávamos conhecer (terrenos em áreas periféricas, com espaços para quintais, ambientes delimitados e grandes com divisões por atividades) são vistas como defasadas, e vários são os motivos usados para argumentar: segurança, praticidades, funcionalidade, valor de mercado.

O que não é amplamente debatido nos jornais é que, as mudanças no cenário capitalista neoliberal afetam diretamente o cenário cultural e social na sociedade pós-moderna, de modo que a urgência presente nas formas de produção e consumo se estendem para a vida “pessoal”. O que antes era feito para separar o mundo exterior do interior, hoje é feito para quebrar essas barreiras e integralizar o modo de vida como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A casa, em todas as suas formas, foi e é importante para a vida individual do sujeito em sociedade, é ali que se estabelecem as primeiras formas de sociabilização entre o indivíduo e um grupo, é ali também que o cotidiano se faz e onde as bases de apoio para uma vida no “mundo lá fora” estão montadas. A casa é o canto do mundo, para onde o sujeito pode voltar ao fim do dia para se reestabelecer e se preparar para iniciar outro dia. As mudanças sociais não afetam apenas as formas de sociabilização entre indivíduos, também afetam as formas de consumir, habitar e significar os espaços. Este estudo, faz uma análise inicial de uma pequena mudança entre tantas que a casa assumiu, resultado das mudanças na sociedade pós-moderna, porém muitas outras mudanças podem ser analisadas seguindo teorias da modernidade. É importante que nos questionemos como estas mesmas mudanças afetam a vivência e o habitar em comunidades afastadas dos grandes centros urbanos e quais as soluções, em termos de espaço de habitação, são encontradas. Esperamos que este estudo se faça relevante e contribua para a resolução destes questionamentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, CALIANE CHRISTIE OLIVEIRA. **HABITAÇÃO SOCIAL: ORIGENS E PRODUÇÃO** (NATAL, 1889-1964). DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO) – ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO CARLOS, 2007.

-
- BACHELARD, GASTON. **A POÉTICA DO ESPAÇO**. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 2008.
- BAUDRILLARD, JEAN. **O SISTEMA DOS OBJETOS**. SÃO PAULO: PERSPECTIVA, 2006.
- BAUMAN, ZYGMUNT. **MODERNIDADE LÍQUIDA**. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2021.
- BAUMAN, ZYGMUNT. **VIDA PARA CONSUMO: A TRANSFORMAÇÃO DAS PESSOAS EM MERCADORIA**. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2022.
- BONDUKI, NABIL GEORGES. ORIGENS DA HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL. **ANÁLISE SOCIAL**, VOL. XXIX (3.º), 1994 (N.º 127), P. 711-732.
- COSTA, SABRINA STUDART FONTENELE. APARTAMENTOS DUPLEX: MODELOS, USOS E CONSERVAÇÃO. **REVISTA CPC**, SÃO PAULO, N. 22 ESPECIAL, P. 115-137, 2017.
- VENDAS DE IMÓVEIS MENORES E COM UM DORMITÓRIO AUMENTAM 30% ESTE ANO NO BRASIL. **JORNAL NACIONAL**, 26 DE JUL. DE 2022. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://G1.GLOBO.COM/JORNAL-NACIONAL/NOTICIA/2022/07/26/VENDAS-DE-IMOVEIS-MENORES-E-COM-UM-DORMITORIO-AUMENTAM-30PERCENT-ESTE-ANO-NO-BRASIL.GHTML](https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/26/vendas-de-imoveis-menores-e-com-um-dormitorio-aumentam-30percent-este-ano-no-brasil.ghtml). ACESSO EM: 10 DE SET. DE 2023.
- VOCÊ SABE QUAL É A DIFERENÇA ENTRE KITNET E STUDIO? **QUINTOANDAR**, 05 DE MAIO DE 2023. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://CONTEUDOS.QUINTOANDAR.COM.BR/O-QUE-E-KITNET-O-QUE-E-STUDIO/](https://conteudos.quintoandar.com.br/o-que-e-kitnet-o-que-e-studio/). ACESSO EM: 10 DE SET. DE 2023.